



ESTADO DO AMAZONAS
Ministério Público de Contas
Procuradoria-Geral

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR FRANCISCO DAS CHAGAS SANTIAGO CRUZ,
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DAMAZONAS**

REPRESENTAÇÃO Nº 89 MP-PG/2013

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**, por intermédio de seu Procurador-Geral que esta subscreve, no desempenho de sua missão institucional, consoante o disposto nos artigos 114, III, da Lei n.º 2.423 de 1.996, do art. 54 da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM e do art.127 da CF/1.988, vem à presença de Vossa Excelência oferecer a presente **REPRESENTAÇÃO** nos termos do parágrafo 1º do art. 102 da Constituição Federal c.c. o art. 2º, I, da Lei n. 9.882/99 e art. 2º, VI, da Lei n. 9.868/99, a fim de que seja encaminhada ao e. Procurador-Geral de Justiça para, querendo, segundo juízo prévio de admissibilidade, propor **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE**, consoante razões a seguir articuladas.

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Amazonas, em caso concreto cujo tema versado era o de concessão de pensão em favor do cônjuge arguiu, incidentalmente, a inconstitucionalidade do Decreto 9.505/2008 que assim dispõe em seu art. 1º:

Art. 1º: Fica estabelecido, a contar de 1º de março de 2008, o vencimento-base dos servidores públicos municipais que passará a ser concedido no valor de R\$415,00(quatrocentos e quinze reais).

No entanto, ao disciplinar a matéria, o dispositivo acima transcrito afrontou diretamente o disposto no artigo 33, §1º, II, a, que dispõe:

§1º: São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que:

[..]

Secretaria Geral
RECEBIDO
Entrada 14/06/13
Assinatura



ESTADO DO AMAZONAS
Ministério Público de Contas
Procuradoria-Geral

II- disponham sobre:

- a) Criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica e nas funções instituídas pelo Poder Público e fixação de sua remuneração;

Ao analisar a arguição incidental de inconstitucionalidade, o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas deu provimento ao incidente em razão da violação do princípio da reserva legal, uma vez que a matéria de aumento de remuneração de servidores públicos, de iniciativa do Chefe do Executivo, deve ser tratado por meio de lei em sentido estrito, respeitado o processo legislativo necessário à sua criação. Sobre o tema, assim tem se manifestado o STF:

O princípio constitucional da reserva de lei formal traduz limitação ao exercício das atividades administrativas e jurisdicionais do Estado. A reserva de lei - analisada sob tal perspectiva - constitui postulado revestido de função excludente, de caráter negativo, pois veda, nas matérias a ela sujeitas, quaisquer intervenções normativas, a título primário, de órgãos estatais não-legislativos. Essa cláusula constitucional, por sua vez, projeta-se em uma dimensão positiva, eis que a sua incidência reforça o princípio, que, fundado na autoridade da Constituição, impõe, à administração e à jurisdição, a necessária submissão aos comandos estatais emanados, exclusivamente, do legislador. Não cabe, ao Poder Executivo, em tema regido pelo postulado da reserva de lei, atuar na anômala (e inconstitucional) condição de legislador, para, em assim agindo, proceder à imposição de seus próprios critérios, afastando, desse modo, os fatores que, no âmbito de nosso sistema constitucional, só podem ser legitimamente definidos pelo Parlamento. É que, se tal fosse possível, o Poder Executivo passaria a desempenhar atribuição que lhe é institucionalmente estranha (a de legislador), usurpando, desse modo, no contexto de um sistema de poderes essencialmente limitados, competência que não lhe pertence, com evidente transgressão ao princípio constitucional da separação de poderes.

Além da violação ao art. 33, §1º, II, a da Constituição Estadual, o decreto em tela também feriu o art. 1º, II da Carta Magna estadual, que possui a seguinte redação:



ESTADO DO AMAZONAS
Ministério Público de Contas
Procuradoria-Geral

Art. 1º: O Estado do Amazonas, constituído de municípios, integra com autonomia político-administrativa a República federativa do Brasil, fundado:

[...]

II- no reconhecimento e respeito aos fundamentos da Nação Brasileira e do Estado Democrático de Direito, estabelecidos na Constituição da República.

Com a promulgação do ato normativo, o Executivo usurpou atribuição do Poder Legislativo Municipal, caracterizando, portanto, violação à separação dos poderes, princípio fundamental da República Federativa do Brasil e, por conseguinte, da norma estadual supracitada.

Em razão do exposto, considerando a violação de norma constitucional estadual por ato normativo municipal, encaminha-se a presente representação, a fim de que, observados os requisitos indispensáveis, seja proposta a ação pertinente.

Manaus, 29 de maio de 2013.

Carlos Alberto Souza de Almeida
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado do Amazonas